

Caderno de Formação de Militantes

JANEIRO
2026



Campanha Permanente
Contra os Agrotóxicos
e Pela Vida



Índice

Introdução	03
Por que tanto veneno?	04
Conflitos socioambientais	05
Saúde	07
Meio ambiente	08
A Campanha Contra os Agrotóxicos	09
Como denunciar	12
Cinco pontos para defendermos nas eleições de 2026	14
Órgãos estaduais para denúncia	15

Agrotóxicos no Brasil

Uma barreira para o avanço da agroecologia

Introdução

Não é exagero dizer que os agrotóxicos no Brasil são onipresentes. Pesquisas mostram que eles estão no ar que respiramos, na água que bebemos, nos alimentos que consumimos e até na chuva que cai sobre nossas cabeças.

Para quem vive nas cidades, o problema pode até passar despercebido. Mas quem mora na roça provavelmente convive com vizinhos passando veneno de bomba costal, trator, gafanhoto e avião. E agora, por tudo que é lado, surgem os drones pulverizando agrotóxicos bem pertinho das casas, escolas, rios e plantações.

Os números no Brasil são impressionantes: somente em 2023 foram vendidos 755 milhões de quilos de agrotóxicos, segundo o Ibama. As empresas de agrotóxicos faturaram R\$103 bilhões neste mesmo ano, de acordo com o próprio sindicato dos fabricantes (Sindiveg). A FAO atesta claramente: o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, sendo que o segundo colocado - os EUA - utilizam pouco mais do que a metade do que usamos no Brasil. **Tanto veneno assim tem consequências.**

O Ministério da Saúde confirmou 17.296 intoxicações em 2023. A cifra inclui eventos provocados por agrotóxicos de uso agrícola, veterinário, saúde pública (fumacê) e chumbinho, que também é um agrotóxico. Um quarto destas intoxicações aconteceu em crianças e adolescentes de 0 a 19 anos.

E o mais triste desta história é que o Estado brasileiro incentiva esta realidade. Sómente de janeiro de 2024 a fevereiro de 2025, empresas de agrotóxicos deixaram de recolher R\$25,8 bilhões em impostos, segundo o Ministério da Fazenda. Lideram a lista as empresas Syngenta (R\$2,7 bilhões), Corteva (R\$1,7 bilhão) e Basf (R\$1,6 bilhão).





Nos últimos anos, o Brasil vem batendo recordes de registros de novos agrotóxicos. Ao invés de serem registradas substâncias novas e modernas, com menos toxicidade, o que vemos são moléculas velhas com danos à saúde mais do que comprovados. Dos dez agrotóxicos mais vendidos no Brasil, sete são proibidos na União Europeia. Entre eles, estão a atrazina e o glifosato, duas substâncias classificadas como provavelmente cancerígenas para humanos e comprovadamente cancerígenos para animais.

Por que tanto veneno?

Mas se os agrotóxicos fazem tão mal, por que se usa tanto veneno no Brasil? Resumidamente, podemos dizer sem sombra de dúvidas: a culpa é do agronegócio.

Agronegócio é o nome que damos ao modelo de agricultura adotado no Brasil com mais força nos últimos 30 anos. Ele é descendente direto do latifúndio, com alguns toques de novidade, mas com a mesma exploração das pessoas e da natureza.

A concentração de terras no Brasil é de se envergonhar. Temos no país cerca de 5 milhões de propriedades rurais, segundo o IBGE. Contudo, 1% delas (cerca de 51 mil) ocupam 47% de toda a área. Isso significa que quase metade da área fica com os grandes latifundiários, e as outras quase 5 milhões de propriedades se espremem na outra metade. Ainda de acordo com o IBGE, a cada 100 ha, a agricultura familiar emprega 14 pessoas, enquanto o agronegócio emprega apenas duas.

Além disso, o agronegócio utiliza as monoculturas: enormes plantações do mesmo cultivo. Ao fazer isso, se viabiliza o uso de aviões pulverizadores, enormes tratores e colheitadeiras, reduzindo ao mínimo o número de trabalhadores. O problema é que as monoculturas eliminam a biodiversidade, acabando com o equilíbrio natural e fazendo com que alguns insetos ou plantas encontrem um ambiente perfeito para se reproduzir. Isso leva ao uso de mais agrotóxicos, num ciclo vicioso que só beneficia quem vende os venenos.

Por fim, outra característica importante do agronegócio é a dependência do mercado financeiro. As safras de 2030 já estão vendidas, em dólar, fazendo com o que os preços dessas mercadorias (não são alimentos!) seja determinado pelos especuladores do grande capital. É um grande jogo de apostas que acontece bem longe de quem realmente cultiva a terra.

Resumindo, as principais características do agronegócio são:

1	2	3	4
Ocupa grandes latifúndios e emprega poucas pessoas	Planta poucas culturas em grandes áreas (monoculturas)	Utiliza máquinas pesadas e caras, e depende completamente de agrotóxicos, fertilizantes químicos e sementes transgênicas	Tem sua produção voltada para exportação e vendida no mercado financeiro

Conflitos socioambientais

A principal consequência deste modelo de produção é a violência contra os povos do campo, das florestas e das águas. Camponezes, agricultores familiares, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores e outras populações tradicionais se veem obrigadas a abandonar as suas terras pela pressão do agronegócio, seja pelo envenenamento das águas ou da violência direta.

Indígenas Kaiowá e Guarani sofrem com constantes pulverizações de agrotóxicos em seus territórios de retomada, no Mato Grosso do Sul. As aldeias são cercadas pelo agronegócio, que



Foto: Aty Guasu

busca arrendar as terras indígenas para aumentar a produção. No dia 17 de outubro de 2025, a polícia militar entrou na Terra Indígena Guyraroká, em Caarapó (MS), escoltando tratores para a pulverização de agrotóxicos pelos fazendeiros.

No arquipélago do Marajó, no município de Cachoeira do Arari, a expansão dos monocultivos de arroz têm contaminado as comunidades tradicionais, que estão ficando ilhadas pelas plantações. O uso de venenos na produção de arroz resultou em diversos danos à saúde humana e ao meio ambiente, o que levou o MPF a proibir a pulverização aérea na Fazenda Reunidas Espírito Santo. Tal medida não foi acatada e o uso de agrotóxicos segue intensificado na região. Isto agrava ainda mais o conflito na região. A questão fundiária se arrasta há décadas e gera lentidão na regularização das terras do Quilombo Gurupá. O arrozeiro, com apoio do governo do estado, tem avançado em terras quilombolas e conseguido a regularização fundiária de suas fazendas no interior da APA Arquipélago do Marajó.

No ano de 2023 foram registrados pela Comissão Pastoral da Terra 32 conflitos e 2.498 famílias vítimas de intoxicação por agrotóxicos. Em 2024, o número saltou para 276 conflitos e 17.027 famílias. Dos 276 conflitos por terra envolvendo agrotóxicos ocorridos em 2024, 198 mencionam os termos “pulverização aérea”, “avião” ou “drone”. Ou seja, dos conflitos que envolvem agrotóxicos, 72% foram decorrentes de pulverização aérea, sendo que 20 destes se tratam especificamente de pulverização utilizando drones.



Comunidade rural de Chaves, em Mojuí dos Campos, região oeste do Pará, cercada pelo agronegócio
Foto: Crédito: Vitor Shimomura/Brasil de Fato

Saúde

É muito importante que possamos reconhecer os efeitos dos agrotóxicos na nossa saúde. Podemos dividir esses efeitos em dois grandes grupos:

Intoxicações agudas

são os efeitos que acontecem logo após o contato com o veneno. Os sintomas podem ir de dores de cabeça, tontura, náuseas e coceiras, até desmaios. Dependendo do tipo de agrotóxicos, a intoxicação aguda pode levar à morte.

Intoxicações crônicas são os efeitos que aparecem após um longo período de contato com os agrotóxicos. Entre esses efeitos, estão diversos tipos de câncer, problemas neurológicos, depressão e infertilidade. Os efeitos crônicos mais cruéis dos agrotóxicos são aqueles que afetam as futuras gerações. Pais e mães expostos aos agrotóxicos podem ter abortos espontâneos, crianças com má-formações, puberdade precoce, entre outros.

Todas as pessoas que suspeitarem de uma intoxicação por agrotóxicos devem procurar imediatamente um posto de saúde, unidade básica de saúde ou pronto-socorro.

Nestes casos, é preciso sempre informar:

- Que o paciente teve contato com agrotóxicos, e de que forma (ingestão, pelo ar, pela pele etc.);
- Se possível, informar quais foram esses agrotóxicos;
- Solicitar que seja preenchida a ficha de notificação de suspeita intoxicação por agrotóxicos;
- Solicitar que o médico acione o CIATox de seu estado para saber os procedimentos adequados.



Lista de telefones dos CIATox:
www.abracit.org.br/centros

Foto: Nathalia Ceccon/Idaf-ES

Meio Ambiente

Além de representar uma violência contra os seres humanos, os agrotóxicos também agridem de morte o meio ambiente. Os venenos direcionados às plantas ficam no ar, atingem o solo e escorrem para os rios e águas subterrâneas. Nem mesmo os insetos e mamíferos ficam a salvo.

Em 2024, o Ministério da Saúde detectou o agrotóxico atrazina em quase 70% das amostras de água de beber em todo o país. A atrazina é provavelmente cancerígena, de acordo com a Organização Mundial de Saúde.

Em todo o Brasil, apicultores e meliponicultores têm denunciado a mortandade de abelhas por conta dos agrotóxicos. Alguns agrotóxicos em específico, como o fipronil, imidacloprido e tiametoxam provocam nas abelhas a Síndrome do Distúrbio do Colapso de Colônias. Quando pulverizados, estes compostos afetam a coordenação motora das abelhas nas primeiras horas, e posteriormente acontece a mortalidade total do grupo. A morte de abelhas é apenas a parte visível deste processo; outros insetos muito provavelmente estão também morrendo, causando enormes prejuízos para o funcionamento dos ecossistemas.



Outra agressão gravíssima ao meio ambiente que temos enfrentado é o desmatamento químico. Fazendeiros utilizam aviões, e mais recentemente drones, para desmatar enormes áreas. Com isso, não apenas a vegetação morre, mas toda a biodiversidade é afetada pelo veneno.

No Pantanal matogrossense, um único fazendeiro desmatou 81,2 mil hectares de mata durante 3 anos. Ele utilizou 25 tipos de agrotóxicos diferentes, entre eles o imazamox, pícloram, 2,4-D e fluroxipir. Após investigação da polícia civil, o fazendeiro Claudecy Oliveira Lemes foi multado em mais de R\$2,8 bilhões, a maior multa já registrada pela Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso (Sema-MT).

A Campanha Contra os Agrotóxicos

Diante da grave ameaça representada pelo agronegócio, e do perigo dos agrotóxicos nas nossas vidas, como podemos reagir?

A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida é uma ferramenta da classe trabalhadora do campo e da cidade construída desde 2011 para denunciar o agronegócio e dizer que outro caminho de produção de comida saudável é possível.

A Campanha é formada por centenas de organizações que utilizam os materiais disponíveis gratuitamente para trabalhar com suas bases. É fundamental analisar cada contexto para avaliar as melhores ações, que podem resultar em mobilização da sociedade e ganhos concretos para as vítimas de intoxicações.

A seguir, listamos algumas ideias de ações:



Foto: André Gouveia

Agitação e Propaganda

A principal estratégia do agronegócio nos últimos anos tem sido o investimento massivo em propaganda. Buscam consolidar a ideia de que a economia brasileira é movida pelo agronegócio, de que são o “setor produtivo”, e que a reforma agrária não é mais necessária, visto que o agronegócio resolveu a questão da produtividade nos latifúndios. Além disso, mais recentemente tem-se buscado pintar o agronegócio de “verde” e “sustentável”.

Assim, a produção de divulgação de cartazes com palavras de ordem, panfletos, zines, grafismo urbano, flash-mobs, projeções e outras manifestações são fundamentais para mostrar à sociedade que há outro lado do discurso.



Veja alguns materiais aqui:
contraosagrotoxicos.org/biblioteca



Foto: André Gouveia

Formação

Apesar do tema ter alcançado razoável avanço na sociedade, ainda há muito desconhecimento sobre o assunto. É normal encontrar pessoas que acham que o glifosato é um “veneno fraquinho”, ou que os transgênicos foram desenvolvidos para usar menos agrotóxicos.

Por isso, é fundamental organizar atividades de formação nos acampamentos, assentamentos, ocupações urbanas, igrejas, entre outros, envolvendo os agentes comunitários de saúde, extensionistas rurais e toda a população interessada no tema. **Entre em contato com a Campanha Contra os Agrotóxicos para auxiliar no planejamento das atividades de formação!**

Projeto de Lei Popular

Apesar do Pacote do Veneno ter sido aprovado em 2023, flexibilizando em grande medida a legislação nacional, ainda é possível construir leis estaduais e municipais mais restritivas. Por exemplo, é possível limitar ou banir a pulverização aérea, a exemplo do que já acontece em mais de 20 municípios. Outro caminho é delimitar, por lei, zonas livres de agrotóxicos e transgênicos. Outra sugestão é avançar na compra de alimentos orgânicos para escolas, hospitais e outros órgãos públicos.



Confira aqui algumas leis importantes que já foram implementadas por estados e municípios no Brasil!
contraosagrotoxicos.org/base-de-conhecimento/leis-sobre-agrotoxicos



Auto-demarcação de Zonas Livres de Agrotóxicos e Transgênicos

O uso de agrotóxicos, além de todos os problemas à saúde e ao meio ambiente, representa o maior entrave ao desenvolvimento da agroecologia. Por isso, é fundamental garantir territórios livres de agrotóxicos e transgênicos, onde a transição agroecológica possa acontecer sem riscos de contaminação.

Enquanto o Estado brasileiro não garante o direito básico a um meio ambiente livre de contaminação, façamos com as nossas mãos: você e sua comunidade podem fixar placas com esta mensagem: **AQUI NÃO USAMOS VENENO**. E para que todo mundo saiba que o território é da agroecologia. Entre em contato conosco para mais informações sobre as placas!

Promoção da Agroecologia nas Cidades

Para quem mora na zona urbana, também há muito o que fazer na luta contra os agrotóxicos. Você pode auxiliar na construção de feiras agroecológicas ou organizar grupos de consumo que garantam a compra direta dos produtores agroecológicos e em processo de transição. Também é possível agendar audiências públicas para debater o problema com os órgãos competentes de agricultura, meio-ambiente e saúde/vigilância sanitária.

Sugerimos também promover visitas e intercâmbio de experiências entre agricultores e consumidores, e organizar cursos de formação em agroecologia abertos à sociedade.



Como denunciar

Outra forma concreta de agir em defesa da vida é realizar denúncias sobre situações envolvendo uso de agrotóxicos. Pode ser uma pulverização do vizinho que atingiu sua roça, uma escola afetada pelos agrotóxicos, trabalhadores aplicando de forma irregular, contaminação do meio ambiente, morte de abelhas, entre outros.



Como elaborar a denúncia?

A informação mais importante é a localização de onde ocorreu o fato, para que os órgãos possam investigar a situação no local. Além disso, é fundamental mencionar:

- Em que data e horário?
- Qual foi o dano causado por essa contaminação? Aqui devem ser descritos os danos à saúde, ao meio ambiente ou outros possíveis danos.
- Quem sofreu os impactos?
- Quem cometeu a ação? A pessoa que fez isso foi contratada por outra pessoa ou empresa para o trabalho?
- Que produto foi aplicado?
- Como aconteceu? De que forma o agrotóxico foi aplicado? Todos os detalhes são importantes.
- Já ocorreu, está ocorrendo ou ainda vai ocorrer (é uma ameaça)?
- Por que a contaminação ocorreu? Foi acidental ou intencional?
- Qual é o pedido da denúncia? Fiscalizar, investigar, coibir, indenizar, registrar, proteger, são alguns exemplos de pedidos possíveis.
- Consegue identificar a relação entre a causa e os danos? Exemplo: estudantes ficaram doentes após um dia na escola. Por quê? Os sintomas condizem com intoxicação por agrotóxicos e naquele dia houve, ilegalmente, pulverização aérea na área da escola, realizada por João, a mando de José.

Onde denunciar?

- Em qualquer situação envolvendo uso agrícola de agrotóxicos, o responsável pela fiscalização é o órgão agropecuário estadual. **Veja na página 15 a lista dos órgãos de cada estado.**
- Caso envolva pulverização aérea de agrotóxicos, o Ministério da Agricultura deve ser acionado através do Fala.br: <https://fala.br/cgu.gov.br/>
- Caso a situação envolva o uso intencional de agrotóxicos como arma química, a Polícia Civil deve ser acionada;
- Casos envolvendo contaminação ao meio ambiente, acionar o órgão ambiental do seu estado (**veja na página 15 a lista dos órgãos de cada estado**), e também a Polícia Ambiental.
- Em todas as situações, após a denúncia aos órgãos competentes é possível também acionar o Ministério Público.
- Situações envolvendo indígenas, povos e comunidades tradicionais, conflitos fundiários, agrotóxicos falsificados ou contrabandeados, ou contaminação da agricultura familiar, acionar o Ministério Público Federal: <https://www.mpf.mp.br/mpfservicos/denuncia>
- Situações envolvendo relação de trabalho, como, por exemplo, a irregularidade na entrega de EPIs, o descumprimento do dever de informação às/aos trabalhadoras/es sobre o uso de agrotóxicos, a falta de capacitação de trabalhadoras/es diretamente expostas/os aos agrotóxicos, a contaminação de trabalhadoras/es no ambiente de trabalho, acionar o Ministério Público do Trabalho: <https://mpt.mp.br/pgt/servicos/servico-denuncie>
- Em outros casos, acionar o Ministério Público Estadual do seu estado.



Para mais detalhes, acesse o site contraosagrotoxicos.org/como-denunciar
Em caso de dúvidas, entre em contato com a secretaria da Campanha
Contra os Agrotóxicos e podemos auxiliar!

Cinco pontos para defendermos nas eleições de 2026

2026 é ano de eleições estaduais e nacionais. Muita gente acaba prestando atenção apenas na votação para presidente, porém é fundamental elegermos deputados federais, deputados estaduais e senadores comprometidos com a luta contra os agrotóxicos e pela vida.

Por isso, preparamos um conjunto de 5 pontos para ajudar os candidatos e candidatas a prepararem suas propostas, e para que os eleitores e eleitoras também possam cobrar:



- 1. Fim de pulverização aérea de agrotóxicos por drone ou por avião;**
- 2. Fim das isenções fiscais para os agrotóxicos;**
- 3. Proibição no Brasil de agrotóxicos banidos no exterior;**
- 4. Criação de Zonas Livres de Agrotóxicos, onde seja proibida a pulverização e o uso de transgênicos para proteção da produção agroecológica;**
- 5. Alimentação sem veneno nas escolas e em todos os órgãos públicos. Dinheiro público deve ser direcionado para alimentos agroecológicos.**

Órgãos estaduais para denúncia:

UF	Órgão Agropecuário	Contato	Órgão Ambiental	Contato
AC	IDAF	(68) 3215 3402	IMAC	(68) 99256 8047
AL	ADEAL	(82) 98884 6030	IMA/AL	(82) 98833 9407
AM	ADAF	(92) 992636952	IPAAM	(92) 2123 6713
AP	DIAGRO	gabinete@diagro.ap.gov.br	IMAP	(96) 4009 9450
BA	ADAB	(71) 3194 2089	INEMA	(71) 3118 4267
CE	Adagri	(85) 3108 2758	Semace	(85) 98789 1580
DF	SEAGRI	162	IBRAM	(61) 3214 5637
ES	IDAF	181	IEMA	(27) 99299 8894
GO	Agrodefesa	0800 646 1122	Semad	(62) 99661 0250
MA	Aged	(98) 99132 0441	SEMA	(98) 3194 8900
MG	IMA	(31) 3915 1000	Semad	155 - opção 7
MS	Iagro	(67) 99961 9111	IMASUL	(67) 3318 5600
MT	INDEA	0800 647 9990	SEMA	0800 065 3838
PA	ADEPARÁ	(91) 99392 4720	SEMAS	(91) 3184 3639
PB	Sedap	(83) 3612 5861	SUDEMA	(83) 3310 6778
PE	ADAGRO	0800 0811020	CPRH	(81) 3182 8923
PI	ADAPI	(86) 99462 1644	SEMARTH	(86) 3221 4806
PR	Adapar	(41) 3313 4167	IAT	(41) 3213 3700
RJ	SEAPPA	(21) 3601 6085	INEA	(21) 97637 3935
RN	IDIARN	(84) 3232 1112	IDEMA	(84) 98146 6243
RO	IDARON	(69) 99224 9469	SEDAM	0800 647 1150
RR	ADERR	cplroraima@gmail.com	FEMARH	(95) 98410 5459
RS	Seapi	(51) 98412 9961	FEPAM	0800 031 2146
SC	CIDASC	0800 644 6510	IMA	(48) 3665 4190
SE	EMDAGRO	(79) 3234 2601	Adema	(79) 3198 7150
SP	Defesa Agropecuária	(19) 3743-3900	SEMIL	(11) 3133 3000
TO	Agência de Defesa Agropecuária	(63) 3218 2168	Naturatins	(63) 3218 2646



CAMPANHA PERMANENTE CONTRA
OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA

Quer saber como desenvolver a
Campanha Contra os Agrotóxicos
na sua região: entre em contato
com a gente!



[instagram.com/contraosagrotoxicos](https://www.instagram.com/contraosagrotoxicos)



[facebook.com/contraosagrotoxicos](https://www.facebook.com/contraosagrotoxicos)



[youtube.com/@agrotoxicomata](https://www.youtube.com/@agrotoxicomata)



secretaria@contraosagrotoxicos.org



61 98150-3626



www.contraosagrotoxicos.org